



Veredas atemática

Volume 17 nº 2 - 2013

Ontopragmática, sensibilidade ao contexto e léxico mental: A interface semântico-pragmática do pensamento

Maurício Fernandes Neves Benfatti (UFPR)
Elena Godoi (UFPR)

RESUMO: Com este trabalho, argumentamos a favor de uma interface semântico-pragmática para os processos cognitivos de lexicalização. Oferecemos uma alternativa ao conceito de léxico mental (WIERZBCKA, 2009), considerando que mecanismos cognitivos semânticos e pragmáticos devem operar em sincronia a fim de obterem sucesso em suas demandas biológicas. Partimos da premissa de que um léxico mental adequadamente situado deve ser concebido como fruto de processos cognitivos não-lexicais, porém racionalmente passíveis à lexicalização. Nossa hipótese é a de que os processos lexicais são duplas ferramentas de processos metacognitivos, que, pela natureza da hipótese, são tidos como tipicamente pragmáticos.

Palavras-chave: ontopragmática; léxico mental; semântica lexical; pragmática lexical

Introdução

Consideremos a seguinte situação: um grupo de amigos está reunido em um evento informal. O grupo é composto de alguns casais que comem, bebem e comentam, entre outras coisas, sobre alguns de seus amigos não presentes na festa. Em um dado momento, uma das mulheres, ao tecer um comentário sobre a esposa de um casal de amigos não presentes ao evento, enuncia a seguinte metáfora:

(1) Gosto bastante da Ana. Mas ela é uma verdadeira galinha!

Imediatamente após o pronunciamento os ouvintes se entreolham com feições atônitas. Um mal-estar toma conta dos interlocutores que subitamente desviam a conversa para outro assunto. A pessoa que enunciou (1) inevitavelmente percebe que sua afirmação foi mal recebida pelos outros participantes da conversação. No entanto, não há mais como voltar atrás e desdizer o que foi dito. Esta situação conversacional hipotética servirá de pano de fundo para a nossa discussão. Voltaremos a ela mais tarde.

Processos lexicais¹ envolvem tanto processos linguísticos, quanto conceituais. Desde o fundador recorte saussuriano, a linguística contemporânea reconhece uma dupla face naquilo que nos mostram as línguas naturais: uma face estrutural, que serve de suporte a sua outra face, a significativa. Embora o recorte dualístico oferecido por Saussure contenha em si uma ideia bastante popular – a de que a linguagem é o veículo do pensamento – muitos dos méritos científicos que a linguística de nosso tempo colheu se deveram a um distanciamento epistemológico entre as duas faces desta mesma moeda. Se o embasamento social proposto por Saussure acabou sendo suplantado pela força dos argumentos mentalistas de Chomsky, o dualismo proposto pelo primeiro se manteve sólido em sua proposta inicial de concentrar os esforços acadêmicos sobre a linguagem na natureza daquilo que nos parece mais estável. Desta forma, a linguística mais bem estabelecida de nosso tempo conseguiu impor à significação a condição de subproduto da natureza estrutural da linguagem. Consequentemente, a própria relação entre linguagem e pensamento acaba ocupando um lugar secundário nas descrições linguísticas.

Debates na interface semântico-pragmática têm, ao longo das últimas décadas, fornecido farta resistência à ideia de que as questões significativas, conceituais e comunicativas intrínsecas à linguagem sejam caóticas e inescrutáveis. Em geral, posturas que assumem uma divisão de tarefas entre a semântica e a pragmática se concentram nos processos de interpretação de sentenças, e fazem isso, tendo em vista situações comunicativas, nas quais informações contextuais são adicionadas artificialmente. Assim, constrói-se um contexto no qual uma sentença é concebida como um enunciado envolvendo pelo menos dois interlocutores. Tradicionalmente, à semântica cabe a análise dos conhecimentos linguísticos e à pragmática a dos conhecimentos extralinguísticos, que juntos, seriam os responsáveis pela significação em fenômenos interativos via linguagem. No entanto, uma interface semântico-pragmática para os processos lexicais permanece à margem, visto que é comum considerar que os fenômenos lexicais recaem sob o escopo exclusivo da semântica. Do mesmo modo, um âmbito metacognitivo para a interface semântico-pragmática também permanece pouco explorado. Com este trabalho temos o propósito de argumentar que a adoção de uma abordagem semântico-pragmática para os processos conceituais pode fornecer uma explicação adequada para questões complexas relacionadas aos estudos lexicais, a saber: a criatividade inerente e a multiplicidade de significados lexicais. Como também pretendemos evidenciar, há teorias contemporâneas solidamente desenvolvidas que dão suporte às ideias que aqui apresentamos.

Wierzbicka (2009) não adere às posturas tradicionais, defendendo o conceito de léxico mental, para propor uma teoria natural dos processos semânticos primários, enraizados

¹ Neste texto, entendemos que processos lexicais dizem respeito aos processos cognitivos responsáveis por fornecer aos falantes de uma língua natural o conhecimento lexical necessário tanto para fins de interação quanto para fins de mentalização. Dentro do viés aqui proposto, informação lexical (o léxico) se assemelha ao que podemos grosseiramente chamar de significado literal das palavras ou, tecnicamente falando, de significado semântico linguisticamente especificado. Por lexicalização, por outro lado, entendemos como sendo os processos cognitivos que modificam o conhecimento lexical, e são processos de natureza pragmática, ou seja, de enriquecimento/enfraquecimento do significado lexical. Em um sentido bem amplo, os processos de aquisição lexical podem ser entendidos como processos pragmáticos de lexicalização.

cognitivamente em nossa biologia. Para Goddard (2010), a ideia de uma *Metalinguagem Semântica Natural* (MSN),² concebe os significados conceitualmente complexos das línguas naturais por meio de uma espécie de *semântica molecular*. Estas moléculas significativas seriam constituídas de significados semânticos primários, existentes em nossa metalinguagem. Segundo Goddard (2007), a MSN “é uma abordagem decomposicional da semântica baseada em uma paráfrase redutora da linguagem interna”.³ Como os próprios adeptos desta abordagem salientam, ela deixa aberta a brecha para uma pragmática transcultural de metodologia empírica que nos parece bastante adequada, (e.g. BESEMERES e WIERZBCKA, 2009). Porém, essa teoria também não parece salientar um papel para a pragmática do auto-debate, de natureza obviamente cognitiva, como potencial fonte de reformulações conceituais (ou, no caso, considerar uma base biológica de inferências abduativas nos processos de complexificação molecular do léxico mental). Desta forma, se por um lado a MSN proporciona uma robusta interface semântico-pragmática na observação empírica da linguagem, por outro, em um âmbito cognitivo, a interface dá lugar a um modelo centrado nas propriedades semânticas.

Não obstante, em consonância com a ideia de que é possível considerar uma base cognitiva tanto para os fenômenos significativos, quanto na construção mental de conceitos *ad hoc* (que, quando linguisticamente mapeados, podem e devem ser concebidos como significados lexicais), Sperber e Wilson (1998) e colaboradores (WILSON e CARSTON, 2007; IFANTIDOU, 2009; CARSTON, 2010a, 2010b) argumentam que processos tipicamente pragmáticos são inerentes a processos cognitivos de conceituação. Embora à primeira vista a ideia de uma pragmática lexical possa soar como uma abordagem anti-semântica dos processos lexicais, com este trabalho, temos justamente a intenção de promover uma ideia que nos parece muito mais promissora: a de que uma interface semântico-pragmática, tanto em um âmbito enunciativo (público), quanto em um âmbito mental (interno), pode ajudar a compreender a natureza constitutiva que a linguagem parece exercer no pensamento (FRANCHI, 1977; DASCAL, 1983/2011). Portanto, este trabalho pretende esboçar caminhos para uma pragmática linguística do auto-debate, ou como sugere Dascal (1983/2011, 1992, 2006), uma ontoprágmatica.

Por definição, a ontoprágmatica que esboçaremos aqui é duplamente relacionada ao pensamento. Se por um lado, pensamos para interpretar os enunciados relevantes que percebemos no mundo, por outro, o fato de interpretarmos os pensamentos alheios para compreender enunciados e outros comportamentos ostensivos nos força à interpretação e reavaliação de nossos próprios pensamentos. Argumentaremos que, dentro deste âmbito, a maximização das expectativas de relevância, nos termos de Sperber e Wilson, fornece um gatilho criativo orientando os processos lexicais e, além disso, a lexicalização do auto-debate maximiza os benefícios frente às potenciais demandas dos processos ontoprágmaticos.

Desta forma, este trabalho tem duas motivações, argumentar que: (I) os processos de lexicalização devem ser concebidos como processos mentais de mapeamento linguístico de processos conceituais; e (II) que os processos conceituais são, basicamente, processos pragmáticos guiados pela maximização das expectativas de relevância. Como decorrência disso, concebemos que a lexicalização demanda processos semânticos indissociáveis de processos pragmáticos, que, por sua vez, nos forçam a reavaliar a validade de nossos valores conceituais, dada a premência de nossa atuação comunicativo/interativa sobre aquilo que podemos conceituar no mundo (incluindo os estados mentais de outros indivíduos).

² O autor utiliza a sigla NSM para abreviar o termo *Natural Semantics Metalanguage*.

³ As traduções apresentadas no texto são nossas. No original: “*is a decompositional approach to semantics based on language-internal reductive paraphrase.*”

Assim, pretendemos salientar o papel da distinção semântico-pragmática da metacognição não só em um âmbito público (de manifestação comunicativa), mas também em um âmbito privado e exclusivamente relacionado à organização do pensamento. Ou seja, a lexicalização será vista como um processo decorrente do mapeamento linguístico dos outputs referenciais de nossos diálogos internos, que não são redutíveis a diálogos linguísticos. Apesar disso, esboçaremos uma explicação para o fato de frequentemente nos utilizarmos da linguagem para dar vazão a estes processos ontoprágmaticos. Embora nosso recorte privilegie a esfera individual dos processos semântico-pragmáticos de lexicalização, devemos ter em mente que grande parte do arsenal cognitivo do auto-debate deve ter evoluído por pressões seletivas relacionadas ao debate público (MERCIER e SPERBER, 2011). A esfera pública da linguagem é intimamente associada ao fato de desenvolvermos conhecimentos culturais que são acumulados e aperfeiçoados geração após geração. Assim como Boyd, Richerson e Henrich (2011), consideramos que esta capacidade à cultura deve ser entendida como uma adaptação biológica. Portanto, por ser inerente ao caráter acumulativo da capacidade que temos à cultura, a linguagem pública, sustentada pela riqueza da linguagem interna, é um ingrediente essencial do chamado *nicho cognitivo* (CLARK, 2006; PINKER, 2010; WHITEN e ERDAL, 2012).

Para darmos o devido encaminhamento às questões aqui levantadas, propusemos uma exposição por meio de quatro diferentes grandes tópicos. No primeiro, apresentamos um panorama geral do conceito de léxico mental. Salientamos o pioneirismo de abordagens cognitivas na proposta de modularidade mental desenvolvida por Fodor (1983), porém também notamos o desconforto que o seu atomismo semântico acarreta em um nível biológico-evolutivo de descrição. Terminamos argumentando que uma MSN é uma ferramenta do diálogo mental que serve ao aparato cognitivo de aprendizagem social. O segundo tópico é destinado à descrição das bases da ontoprágmatica. A filosofia da mente pautada na pragmática proposta por Dascal (1983/2011), como já comentado, será nosso alicerce para este tópico. O que nos leva à questão do espelhamento dos pensamentos pela linguagem, e, conseqüentemente, a discutir a diretividade e a transparência da conversação, tal como vista por Grice (1989a, 1989b). Parece-nos interessante reivindicar a filosofia da mente proposta por Dascal como o alicerce não só deste tópico, mas também de uma visão da mente que não a divide entre os processos periféricos e modulares e os centrais e não-modulares (como no caso de Fodor). No terceiro tópico veremos como a sensibilidade contextual da linguagem é fruto de mecanismos cognitivos envolvidos na atribuição de estados mentais como causas dos comportamentos alheios. A chamada Teoria da Mente (ToM)⁴ não só é um mecanismo efetivo de desambiguação de itens lexicais de enunciados, como também sua atuação nos fornece uma explicação intencional à interpretação de um enunciado. Evidenciaremos que os mecanismos heurísticos envolvidos na interpretação devem ser vistos como inferências abduativas, no sentido de fornecerem a *melhor explicação plausível* para um determinado evento, seja ele um item lexical de um enunciado ou a interpretação do enunciado no qual tal item aparece. Por fim, no quarto tópico buscaremos demonstrar que a pragmática pós-griceana desenvolveu uma sólida base teórica para lidar com as questões cognitivas envolvidas no processamento de informações contextuais (lembrando que, dentro do viés aqui apontado, contexto é uma noção cognitiva, ou seja, interna aos interlocutores) na efetivação do comportamento comunicativo linguístico. Paralelamente, ao longo do texto buscaremos demonstrar como uma habilidade pragmática baseada em procedimentos heurísticos inferenciais ajuda a complexificar as moléculas

⁴ Por questão de estilo, preferimos manter a sigla para o termo em inglês *Theory of Mind* (ToM).

lexicais como as que um estudante de linguística é capaz de atribuir a termos como ‘semântica’ ou ‘pragmática’.

1. Léxico mental: em busca da natureza conceitual

A busca pela natureza do conhecimento semântico passa pela biologização da linguística. A inauguração deste trajeto pode ser apontada em Chomsky (1965), que, ao escolher a sintaxe como objeto privilegiado do estudo natural da linguagem, deixou em segundo plano as questões significativas. Desde então a hipótese da centralidade da sintaxe tem sido criticada tanto por semanticistas quanto por pragmaticistas. Afinal, sendo a sintaxe um mecanismo estrutural de organização de representações significativas, não há para onde fugir, pois os significados têm de vir de algum lugar. Ou seja, para que a sintaxe opere, é necessário que o sistema tenha acesso a informações representacionais significativas. No estágio atual do conhecimento sobre tais questões também não há como negar que a cognição humana deve ser o berço da natureza semântica da linguagem. A grande questão que fica é: quão rico deve ser um léxico inato? Do ponto de vista de processamento de informações, parece improvável que haja espaço suficiente em nossa mente para existirem ‘compartimentos de armazenamento lexical’. Basta refletirmos acerca do fato de que alguns dos conceitos que nós usaremos daqui a alguns anos ainda não existem, serão criados no uso a partir do momento em que tais conceitos vierem a ser necessários, da mesma maneira como, por exemplo, conceitos relativos ao mundo digital simplesmente não existiam antes da era digital começar. Qual seria a funcionalidade de um mecanismo que tivesse que ter espaço reservado em nossas mentes para coisas que nós ainda não somos capazes de utilizar? Seria como se alugássemos um apartamento para um filho que ainda nem nasceu. Esta questão processual reflete uma questão ainda mais crucial: a evolutiva. É muito mais plausível uma explicação evolutiva de um órgão da linguagem que opere a partir de um léxico inicial mínimo do que de um muito complexo.

De inúmeras formas, as considerações apresentadas neste início de tópico remetem à filosofia da mente proposta por Fodor com base na concepção chomskiana de módulo mental. Consideramos que alguns dos equívocos que poderiam ser atribuídos a essa abordagem se devem a uma errônea leitura do ceticismo de Chomsky (1975) acerca de uma compreensão naturalística para o desempenho linguístico, considerado desde então um mistério científico. A radicalização deste argumento por Fodor acabou por proporcionar um modelo de mente evolutivamente implausível, visto que é a funcionalidade de uma dada característica biológica que fornece a explicação de sua seleção natural. Em “Modularity of mind: an essay on faculty psychology”, Fodor (1983) escancara a sua concepção de mente, segundo a qual, os processamentos biologicamente organizados são apenas periféricos e, em geral, relacionados à percepção, enquanto as questões realmente funcionais são tidas como centrais e não organizadas biologicamente. Neste viés, as informações lexicais (semânticas) são modulares, enquanto a interpretação (pragmática) é assistemática. É justamente daí que decorrem as implausibilidades de seu modelo, pois sobrecarrega a sua semântica cognitiva, ao mesmo tempo em que não explica como a mente de fato funciona. Segundo Scliar-Cabral (2002: 67):

Não existe possibilidade de resolver o problema da vaguedade através da análise isolada e descontextualizada de expressões ou mesmo de sentenças sem levar em consideração o conhecimento e as intenções dos participantes do discurso, embora a intencionalidade seja, conforme o próprio Fodor admita, um “mistério”.

Na situação hipotética com a qual iniciamos este texto, por exemplo, a interpretação comunicativa demanda uma série de operações de cunho semântico-pragmático. Em primeiro lugar, temos que conceber que há duas sentenças distintas nas quais um mesmo indivíduo – Ana – é citado por meio de palavras distintas. Na primeira sentença, há a ocorrência de um apontamento direcionado ao indivíduo por meio do nome próprio ‘Ana’. Mesmo neste caso de aparente explicitude linguística, o nome em questão pode ser compartilhado por mais de uma pessoa frequentadora do grupo de participantes da conversa. Isso nos lembra que mesmo um apontamento semântico feito por meio de um nome próprio é, em um grau maior ou menor, dependente do reconhecimento de informações contextuais. Quer dizer, dependendo do contexto, ‘Ana’ pode referir-se a diferentes indivíduos no mundo. Já na segunda sentença, o dêitico ‘ela’ é utilizado anaforicamente como meio de fazer uma referência a mesma pessoa pinçada no contexto por meio da expressão ‘Ana’ da sentença anterior. Assim, a correferência de ‘ela’ é dependente, em um nível de processamento cognitivo, de uma informação contextual – a informação previamente processada na primeira sentença.

No entanto, não é só a correferência em (1) que demanda uma explicação de natureza pragmática (porque extralinguística e, portanto, contextual). A situação mais delicada em jogo é a metáfora que pode ser formulada assim:

(2) X é Y. Onde X se refere a um determinado indivíduo, e Y é a propriedade de ser galinha.

Falantes de português brasileiro possuem uma interpretação *ad hoc* (ou seja, estável) para as metáforas que podem ser representadas pela formulação genérica em (2). De maneira geral, em um recorte semântico para esta metáfora, é possível assumir que dizer ‘ele(a) é um(a) galinha’ significa, convencionalmente, algo como ‘ele/ela é um(a) promíscuo(a)’. Este exemplo, por mais cristalizado que esse significado seja na cultura brasileira, demonstra uma dificuldade intrínseca e quase intransponível para uma abordagem exclusivamente semântica para as metáforas, afinal, que traços semânticos mínimos poderiam garantir a equivalência entre os conceitos inerentes a ‘galinha’ e ‘promíscuo’? Mesmo que galinhas possuam comportamento sexual promíscuo (o que, dada uma forte dominância dos galos num grupo de galináceas, aparentemente não se observa), o que nos garante que não pinçaríamos qualquer outra característica desta ave como base da interpretação metafórica?

De fato, a interpretação metafórica parece se dar de acordo com o ambiente cultural no qual a conversação se dá. Se, no Brasil, (2) é utilizada para manifestar certa aversão preconceituosa acerca do comportamento sexual alheio, na Rússia, os significados cristalizados para um enunciado como em (2) remetem à ideia de que galinhas cacarejam o tempo todo por não serem lá muito espertas. Quer dizer, se o falante de (1) fosse de nacionalidade russa e estivesse a enunciá-la para seus amigos brasileiros, poderíamos estar diante de um autêntico problema de competência comunicativa. Talvez, ao enunciar (1), nossa interlocutora não tivesse mais do que a intenção de insinuar que Ana é tagarela e, ao mesmo tempo, pouco inteligente, ao invés de sugerir que ela é promíscua (lembre-se que em nossa situação hipotética, Ana é casada e é frequentadora do grupo de pessoas em questão, tal como seu marido também deve ser). Visto que nossa falante possui o conhecimento linguístico acerca do português para enunciar (1), é provável que ela possua também os conhecimentos linguísticos para enunciar outras sentenças que possam passar a ideia pretendida sem acarretar o mal-entendido em questão. O que lhe impossibilitou a eficaz comunicação da ideia pretendida foi a falta de conhecimento de que a forma geral que esta metáfora assume para

falantes do português brasileiro, podendo significar convencionalmente outras coisas para pessoas de outras comunidades e culturas. No entanto, por mais que nossa falante possa achar de bom tom não insistir na conversação que causou o mal-estar geral, e não insistir no debate público sobre Ana, em seu auto-debate, algo de vago ficará acerca do significado do termo ‘galinha’ quando usado metaforicamente por brasileiros.

Como podemos perceber, muito embora a situação apresentada tenha um âmbito público, a compreensão dos problemas comunicativos engatilhados por ela nos leva a uma investigação acerca da natureza individual dos significados que os membros da conversação possuem para o termo e para a metáfora em questão. Quer dizer, enquanto os outros interlocutores envolvidos na conversação tinham aprendido em suas experiências sociais que o uso metafórico de galinha implica em assunções acerca do comportamento sexual alheio, a pessoa que enunciou (1) tivera acesso cultural a uma expressão metafórica estruturalmente similar que, no entanto, era utilizada para sugerir outro estado de coisas no mundo. Recorrendo à terminologia proposta por Wierzbicka e Goddard, podemos considerar que ‘galinha’ opera diferentes relações lexicais na MSN dos indivíduos de nossa conversação hipotético-ilustrativa. No entanto, estamos convencidos, assim como estes autores, de que ambos os itens lexicais que ‘galinha’ representa no exemplo podem ser explicados de maneira molecular.

Pensemos, por exemplo, que uma tradução literal da metáfora em (2) para o russo também implicaria em problemas comunicativos. A questão reside em como traduzir o termo ‘galinha’. Se assumirmos que, além da tradução literal, a tradução literária (preocupada tanto com a forma quanto com os efeitos comunicativos) também é, de fato, um desafio, a questão nos parece menos problemática quando pensamos em termos conceituais, afinal, a nossa falante poderia ter evitado o mal-entendido enunciando uma metáfora como a seguinte:

(3) Gosto bastante da Ana. Mas ela é uma verdadeira matraca!

Neste sentido, nos parece adequado assumir que o significado molecular pretendido pela falante poderia ser representado como ‘pessoa que fala bastante’. Para indivíduos possuidores das informações linguísticas e culturais adequadas, tanto os termos ‘galinha’ como ‘matraca’ podem vir a ser utilizados para transmitir o conceito qualificativo de ‘pessoa que fala bastante’. Em certa medida, o pensamento por trás da expressão ‘pessoa que fala bastante’ pode ser concebido como uma molécula conceitual que envolve uma composição dos significados atômicos dos conceitos expressos por ‘pessoa’, ‘fala’ (verbo) e ‘bastante’. Não entraremos no mérito da questão sobre quão primitivos, inatos e ubíquos a todos os povos podem ser considerados os significados nos quais decomposemos os conceitos pretendidos pela falante de (1) ao enunciar o termo ‘galinha’. Interessa-nos, sobretudo, apontar que embora o que se convencionou chamar de tradução literal seja inadequado ou mesmo impossível, a tradução conceitual nos parece totalmente plausível nos termos que apontamos.

Cabe notar, no entanto, tal como no nosso exemplo, que a nossa existência comunicativa nos força a reconsiderar o conhecimento lexical que temos cristalizado. Ou seja, eventos de comunicação (sócio-pragmáticos) nos forçam não só a construir moléculas conceituais do tipo ‘indivíduo que fala bastante’ e ‘indivíduo de comportamento sexual promíscuo’, como nos forçam a promover o auto-debate, sobre a forma de interpretar as vagezas que surgem ao longo de nossa história de interações comunicativas. Pode ser que, ao notar o desapontamento dos interlocutores, a nossa falante se veja obrigada a observar outras situações comunicativas nas quais brasileiros se utilizem da forma semântica (2) e, ao

observar os contextos nos quais enunciados dessa forma são utilizados, ela intua aquilo que os brasileiros concebem por meio desta metáfora. Agora, com a posse de um novo conhecimento lexical, ela pode até mesmo buscar desfazer o mal-entendido, evidenciando aos seus amigos a fonte do equívoco.

1.1. Modularidade da mente e o realismo semântico

Embora o processamento linguístico demande sofisticadas operações, os falantes de uma língua são capazes de computar tais processamentos de maneira inacreditavelmente rápida e eficaz. A ideia de módulos mentais remete, em primeira instância, ao modelo gerativista de cognição linguística. Os argumentos para uma concepção mentalista da cognição linguística inata são tantos, tão fortes e conhecidos que aqui vamos apenas salientá-los alguns que mais nos interessam. Em primeiro lugar há de se pesar o fato de que a aquisição da linguagem não está aberta às idiosincrasias que parecem demarcar várias áreas de atuação humana que demandam a aquisição de informações complexas e sofisticadas. Nem todos nós temos a paciência e dedicação para adquirir os conhecimentos necessários para nos tornarmos engenheiros, linguistas, filósofos ou psicólogos. No entanto, por mais que falar e interpretar a fala alheia demande conhecimentos e cálculos tão sofisticados quanto os que tais profissionais costumam fazer em suas atuações diárias, uma criança recém-nascida, frente à opulência das manifestações linguísticas ao seu redor, simplesmente não pode optar por não se engajar na aquisição das informações necessárias para sua própria atuação linguística (a não ser, é claro, no caso de patologias cognitivas e/ou algumas outras que impeçam o desenvolvimento linguístico).

Tal característica de ter que ser processada a qualquer custo dá à linguagem uma condição privilegiada quando pensamos na biologia dos comportamentos humanos. Afinal, ela dá claros indícios de que a linguagem é uma condição *sine qua non* de nossa espécie. Onde há seres humanos em contato uns com os outros, há também línguas naturais que são utilizadas como meios de comunicação. Se por um lado, ao propor a ideia de órgão da linguagem, Chomsky (1965) tratou de salientar as características sintáticas das estruturas linguísticas como o objeto de estudos de uma linguística naturalística, por outro, ao salientar a linguagem como uma característica de nossa espécie, tratou de abrir uma rota de investigação dos mecanismos cognitivos intrínsecos à nossa atuação no mundo.

Sendo assim, podemos considerar que o modelo de cognição proposto por Fodor (1983) já se postulava antes mesmo dos embates sobre a natureza inata dos conhecimentos semânticos. Afinal, como já apontado, em um menor ou maior grau, o reconhecimento de uma sentença bem formada gramaticalmente depende de algum conhecimento lexical. Senão, o quê diferenciaria a manifestação de uma sentença autêntica de uma silabação não-linguística como o célebre coro de rock no qual se canta “a wa bop a loo bop a lop bam boom”? Seria a onomatopeia que Little Richard faz de um solo de bateria uma sentença bem formada? Se abstrairmos completamente as informações semânticas, a própria distinção entre música (que possui uma organização hierárquica e temporal entre os elementos sonoros) e linguagem fica nublada. Acreditamos que o que nos faz negar que tal ícone fonético do Rock não é processado como linguagem é justamente o fato de seus elementos sonoros não serem carregáveis de informação significativa. Quer dizer, estes sons, dispostos de tal maneira, não se prestam a servir de suporte a cargas semânticas, e, portanto, não são processados dentro do escopo de nossa biologia da linguagem, no sentido estrito descrito pelos primeiros modelos gerativistas.

Se o processamento sintático é inato e autônomo, então o processamento semântico também o deve ser (ao menos a fim de dar suporte à rapidez do processamento sintático). Não por menos, ao longo da década de 1970, diversos teóricos antes adeptos dos modelos gerativistas passaram a reivindicar alguma autonomia e inatismo para as capacidades semânticas expressas na manifestação verbal. Ou seja, ao menos alguma base de significados deveria ser inata, ao passo em que alguma forma de conhecimento de regras composicionais deveria estar presente “desde sempre”, de maneira a garantir a aquisição e construção de novos significados e conceitos. Dentro deste âmbito, um argumento coerente, porém implausível evolutivamente, chegou a ser proposto: o de que as condições de input para todo e qualquer significado lexical devem estar, *a priori*, instaladas na cognição de cada um de nós. Muito embora possamos reconhecer em Fodor o cerne desta postura, acreditamos ser válido apontar ao fato de que muitos estudiosos passaram a especular sobre uma realidade cognitiva semântica inata a despeito de qualquer forma de capacidade pragmática inata em interface. Embora menos implausível do que uma mente inatamente programada aos conceitos lexicais, a ideia de que a capacidade à metáfora é o coração de uma semântica natural cognitivamente enraizada em nossa biologia também nos parece um tanto quanto ingênua. O argumento que repetiremos exaustivamente a qualquer formulação teórica que isole a semântica da pragmática é o de que a semântica só é possível em organismos contexto-sensitivos. A não ser em algum organismo capaz de metarrepresentar cognitivamente as coisas do mundo e que viva sua vida isolado de outros organismos dos quais ele tenha que interpretar o comportamento. Entretanto, isso simplesmente não ocorre na natureza (pelo menos com os seres humanos).

Se para Fodor, a distinção se dá de uma maneira radical – isolando os mecanismos em seu modelo de arquitetura mental –, para os que seguiram a tradição inaugurada por Lakoff e Johnson (1980), a semântica simplesmente parece ter “engolido” a pragmática ao considerar como semânticos fenômenos tipicamente pragmáticos, apenas porque estes últimos pareciam ter um tratamento estável a partir de um quadro teórico pautado na ideia de que metáforas são mecanismos cognitivos de geração conceitual. Ambas as propostas parecem conter problemas quando assumimos a manifestação verbal como capacidade biologicamente enraizada. O modelo fodoriano propõe uma radical separação entre semântica e pragmática ao supor que os mecanismos puramente linguísticos da cognição são modulares (e, portanto, de processamento rápido, cognitivamente enraizado e de organização modular), enquanto considera os fenômenos pragmáticos como mecanismos de tomada de decisão, por natureza lentos, caóticos e assistemáticos. Já no caso da semantização da pragmática promovida pela chamada linguística cognitiva parece haver uma excessiva esperança em estabilizar a instável dependência da interpretação realizada pelos interlocutores. Pensemos, por exemplo, em um bom uísque ou em um bom café. Não é qualquer *blending* que alcança um determinado efeito desejado. A experiência acumulada geração após geração e transmitida culturalmente faz toda a diferença na obtenção de um bom paladar. Da mesma forma, nossa mente semântica não metaforiza sozinha as coisas representacionais do mundo, a despeito das condições de uso das representações que possuímos do mundo em nossas interações diárias.

É dentro deste âmbito que a proposta de uma MSN nos termos já mencionados nos parece muito mais profícua, visto que ao menos deixa espaço para a investigação de uma pragmática natural em relação estritamente coordenada com nossa capacidade inata de conceituar as coisas. Assim, nossa natureza significativa não é meramente composicional, mas também, e principalmente, inferencial. Consideremos os seguintes exemplos:

- (4) A linguística é o estudo das línguas naturais.

- (5) A linguística não estuda línguas, mas sim linguagem.
- (6) Atuo com revisão linguística há dez anos.
- (7) A linguística estuda sintaxe!

O leitor que teve a paciência de chegar até aqui provavelmente é capaz de identificar que o termo ‘linguística’ representa diferentes conceitos e categorias nas sentenças de (4) a (7). Não nos parece implausível que cada um dos significados lexicais contidos nestas sentenças se deva a moléculas semânticas compostas a partir de diferentes átomos significativos. No entanto, também nos parece evidente que conhecimentos extra-linguísticos estão intimamente associados à correta identificação dos valores semânticos envolvidos em tais sentenças. Observemos, no entanto, que estamos ainda longe de falar dos eventos contextuais que de fato transformam essas sentenças em enunciados, ou seja, em eventos plenamente comunicativos. Até aqui nos detivemos em observar que os itens lexicais flechados pela mesma sequência de sons representados em ‘linguística’ nas sentenças de (4) a (7) provavelmente não são os mesmos, muito embora a forma linguística utilizada para expressá-los tenha sido a mesma.

Ainda estamos, portanto, no terreno do chamado significado literal, entendido aqui como o que Dascal (1983/2011) concebe sob o escopo de significado convencional. Portanto, ainda não estamos falando das indiretidades, terreno demarcado pelas subjetividades do significado não-literal. Nos próximos tópicos buscaremos salientar o papel da disposição cognitiva à pragmática não apenas para a convencionalização de significados, mas também para a sua subjetivização. Agora estamos apenas buscando evidenciar que mecanismos cognitivos pragmáticos também estão envolvidos na determinação do que chamamos de significado literal. Ou seja, determinar qual item lexical está envolvido em uma proposição é uma tarefa pragmática, pois envolve a articulação de uma variedade considerável de informações que, além de tudo, nem sempre estão ao alcance de todo e qualquer interlocutor. Em (4), ‘linguística’ parece ser um nome que denota uma área de estudos de maneira bem abrangente. De fato, ao menos desde o recorte inaugural de Saussure, é controversa a ideia de que um linguista deva estudar as línguas naturais. Se assim fosse, a área deveria ser muito mais apegada à descrição de línguas do que de fato é. Quer dizer, diferentemente do evidenciado em (4), alguém que enuncie (5) provavelmente tem em mente a distinção entre conhecimentos linguísticos sincrônicos e diacrônicos, que tanta influencia a linguística contemporânea. É bom lembrarmos que (5) também poderia ser enunciada tendo em vista a distinção entre competência e desempenho linguísticos. Saber das orientações teóricas mais apreciadas pelo enunciador seria um conhecimento contextual bastante proveitoso à tarefa de dar uma interpretação para (5). Já em relação ao enunciador de (4), não podemos assegurar se ele possui ou não tais distinções teóricas, ou se apenas julgou adequado não especificá-las à sua audiência. Em (6), o termo em questão está qualificando o nome ‘revisão’, mas não é essa característica adjetiva que denota que o termo ‘linguística’ nada tem a ver aqui com o estudo científico de línguas ou linguagem. Se substituíssemos o núcleo do sintagma nominal ‘revisão’ por ‘análise’, obteríamos o sintagma ‘análise linguística’, termo que pode ou não vir a se referir a uma característica científica do estudo da linguagem (há quem chame o serviço de revisão ortográfica de análise linguística!).

Nos casos anteriores, nos quais discutimos diferentes proposições que continham o termo ‘linguística’, estivemos preocupados apenas em demonstrar que a determinação dos itens lexicais de uma proposição demanda a capacidade pragmática de articular situacional e contextualmente conhecimentos não linguísticos. No entanto, em (7), além de informações contextuais determinarem consideravelmente o conceito que será selecionado dentro do

contexto situacional de enunciação, temos o fato de que a proposição do enunciado pode ser utilizada de maneira indireta, proporcionando assim uma interpretação diferente da interpretação que pode vir a ser proporcionada pela enunciação não indireta de (7). Se tal sentença pode vir a ser maneira mais objetiva de evidenciar o pensamento de um gerativista, pode, também, ser justamente a evidenciação de uma ironia, quando enunciada por alguém que foque seus estudos em outros fenômenos linguísticos que não os sintáticos. Mesmo que admitamos que os itens lexicais envolvidos nas proposições enunciadas direta ou indiretamente de (7) são os mesmos, não podemos deixar de considerar que a interpretação pragmática enriquecerá os significados lexicais de maneiras bem diferentes. As ideias de autonomia e centralidade da sintaxe são comuns na linguística desde o advento chomskiano de linguagem como capacidade biológica (CHOMSKY, 1965). Se, para muitos, elas representam o paradigma a ser perseguido pelo investigador, para tantas outras posições teóricas, essas ideias não passam de barreiras dogmáticas ao verdadeiro avanço da linguística. Ou seja, o uso irônico - ou não - da sentença (7) modela consideravelmente o conceito envolvido na enunciação. Afinal, a molécula semântica envolvida no item 'linguística' seria diferente, pois os átomos significativos, dos quais seria composta, seriam diferentes, mesmo que apenas periféricamente. Embora possamos considerar que o conceito envolvido é similar, as qualificações indiretas dos conceitos são diferentes no uso direto e no uso irônico.

Vale ressaltar que conceber que fenômenos pragmáticos tanto antecedem (no caso da determinação dos itens lexicais da proposição), como sucedem (no caso da interpretação da proposição) os fenômenos semânticos não desmerece o papel da semântica na comunicação humana, mas evidencia a relevância de natureza inferencial da cognição humana. Passemos, assim, a considerar aspectos cognitivos dos fenômenos pragmáticos. A pragmática sempre foi considerada uma disciplina que lidaria com o comportamento linguístico em detrimento de seus aspectos internos (mentais). No entanto, foi a partir de Grice (1989a) que a disciplina passou também a buscar uma explicação cognitiva para os fenômenos descritos no escrutínio da linguagem em uso. Consideramos que a maturidade da pragmática cognitiva contemporânea remete à relação entre linguagem e pensamento, tendo em vista a linguagem não apenas como uma estrutura, pois concebemos a linguagem um tipo de estrutura biologicamente enraizada por seus benefícios adaptativos: a evidente coalizão social que emerge do *uso comunicativo da linguagem*.

2. Ontopragmática, Teoria da Mente e Vigilância Epistêmica: O papel da inferência na modelação de conceitos *ad hoc*

Com este tópico, argumentaremos que, se por um lado, a comunicação depende de capacidades do pensamento, por outro, o pensamento é constantemente posto em escrutínio pela mente dada a premência de nossa vida social. Ou seja, pensar a respeito do que os outros pensam é uma fonte constante de avaliação dos conceitos que temos das coisas do mundo. Neste sentido, ao ressaltar a pragmática como um fenômeno psicológico e racional, a postura griceana acabou por abrir as rotas de uma filosofia da mente não pautada nos mecanismos de processamento estrutural (FODOR, 1983), mas, sobretudo preocupada com os mecanismos cognitivos envolvidos na inferenciação. É aproveitando esta rota que Dascal (1983/2011) propõe a distinção entre psicopragmática, sociopragmática e ontopragmática. Em breves palavras: se a conversação interativa (sociopragmática) demanda a compreensão dos mecanismos psicológicos envolvidos (psicopragmática), o auto-debate (ontopragmática) também deve ser levado em consideração, visto que o auto-debate parece não depender de

certos constrangimentos sociais (por exemplo, não fingimos a nós mesmos que não entendemos uma determinada piada - fato socialmente corriqueiro). Obviamente, o auto-debate é intrinsecamente um fator de modelação conceitual. No entanto, como Mercier e Sperber (2011) argumentam, há diversas evidências que, de um ponto de vista evolutivo, o enriquecimento pragmático de conceitos por meio do auto-debate seja um efeito secundário do real benefício adaptativo de uma mente capaz de se comunicar como seres humanos fazem: a racionalidade argumentativa (intimamente associada ao debate público). Quer dizer, por mais que a linguagem e a racionalidade nos permitam falar sobre as coisas do mundo e avaliar o conhecimento de mundo, a linguagem teria antes evoluído para argumentarmos do que para avaliarmos o mundo.

Essas questões nos lembram que a relação entre linguagem e pensamento é tanto interna quanto externa à mente. Mesmo em seu nível interno, há fatores idiossincráticos e situados no espaço/tempo como também fatores biologicamente determinados no curso da evolução de nossa espécie. A evolução nos dotou de uma maquinaria complexa para lidar com questões que encontramos no nosso dia-a-dia. E a vida cotidiana humana parece inteiramente voltada para o engajamento em atividades que só possuem significado culturalmente. É difícil imaginar que haja algum auto-debate que não seja fortemente influenciado por nossas experiências compartilhadas. No entanto, é justamente o fato de compartilharmos significados comunicativamente que nos possibilita benefícios individuais. Afinal, as coisas que fazemos no mundo estão intimamente associadas às coisas que sabemos do mundo. Conviver com outros indivíduos biologicamente programados ao engajamento cultural resulta no enriquecimento de nossos próprios conhecimentos, e, conseqüentemente, na ampliação do leque de possibilidades comportamentais.

Até agora nos detivemos nos processos pragmáticos inerentes à desambiguação dos itens lexicais envolvidos na interpretação de enunciados. Passaremos a nos concentrar em outra faceta que os processamentos pragmáticos desempenham em relação aos processos lexicais: a criatividade conceitual. Ao pensarmos na criatividade, temos em mente que o próprio processo de aquisição lexical é criativo, visto que ao nos depararmos com um novo conceito expresso por uma palavra, a qual não conhecíamos, não temos acesso, simultaneamente, às redes de relações contextuais que se articulam para fornecer um *background* cognitivo, no qual este conceito é utilizado. Ou seja, ao sermos expostos a novos conceitos e novas palavras, obtemos geralmente uma ideia vaga acerca dos potenciais significados destes conceitos.

Ao longo deste texto, temos argumentado a favor de uma visão composicional dos significados lexicais. Expusemos que um léxico mental deve operar com itens lexicais cujos valores são resultado da estabilização de conceitos pelo uso e que são linguisticamente mapeados. Tomamos este cuidado para não fazer uma equivalência da linguagem do pensamento à linguagem que observamos nas línguas naturais. O modelo decomposicional de léxico mental proposto por Wierzbicka (2009) e Goddard (2007, 2010) serviu para ilustrar a ideia de que a cognição semântica envolve a complexificação de valores conceituais primários. No entanto, apontamos que essa abordagem desconsidera por demais a importância dos processamentos pragmáticos nas operações que transformam átomos de significados semânticos em moléculas de significados semânticos. Talvez, a melhor maneira de ilustrar a nossa desconfiança seja retornando à discussão da metáfora de molécula significativa. Afinal, uma molécula se constitui a partir da valência dos átomos que a formam. Por analogia, um átomo significativo carregaria em si uma fonte de significado. No entanto, consideramos que não só os significados semânticos primários são cognitivamente enriquecidos a partir do uso, como consideramos também que as chamadas moléculas significativas são mais

adequadamente descritas por meio da metáfora de rede de conceitos. Isto porque, uma rede, conforme exploraremos aqui, não é fruto de sua própria organização interna, mas depende, crucialmente, da ação individual (motivada pela atuação social) para que ocorra. No caso da comunicação verbal, esta atuação é primordialmente interativa, mesmo que também esteja atrelada ao auto-debate. Passaremos, assim, a criar as condições para expormos a ideia de *significado lexical reticulado*. Mas antes, refletiremos sobre o que aqui chamamos de conceitos *ad hoc*.

À primeira vista, a ideia de que a mente opera com conceitos *ad hoc* pode levar à errônea noção de que a cognição é pré-programada a operar com determinados valores conceituais. Embora consideremos plausível que o estágio inicial de aquisição de linguagem opere a partir de uma base inata, como argumenta Chomsky (2007, p. 19), nos parece muito plausível que o léxico do estágio zero seja mínimo, como também sua sintaxe. A Gramática Universal (GU) seria, então, dependente do que este teórico chama de princípio de fusão ilimitada (“*unbounded merge*”); da experiência (uso) e de algum mecanismo de maximização do desempenho. Consideramos que cabe à semântica e à sintaxe a descrição dos princípios de fusão, no entanto, devemos clamar para a pragmática a explicação deste mecanismo que otimiza o desempenho e organiza o papel da experiência na cognição. Vislumbramos na Teoria da Relevância (TR), o modelo mais próximo desse objetivo teórico. Para tal teoria, contexto é um conceito a ser descrito cognitivamente e que, por força da evolução da cognição, a mente é programada a buscar o máximo de efeitos contextuais com o mínimo de processamento cognitivo necessário. Desta forma, uma mente contexto-sensitiva busca eliminar a multiplicação desnecessária de sentidos, numa radicalização do argumento que Grice (1978/1989, p. 47) chamou de *a navalha de Occam modificada*. Segundo essa orientação teórica, uma descrição adequada da cognição significativa deve levar em conta que a sensibilidade ao contexto é uma ferramenta cognitiva efetiva e simultânea aos processamentos puramente linguísticos e não de secundária a estes.

Assim, a ideia de contexto aqui apresentada remete a uma perspectiva mentalista deste conceito, vagamente descrito quando consideramos o significado um fenômeno puramente social (prática comum em abordagens pragmáticas). Quando o contexto é descrito a partir da ideia de que a pragmática é principalmente voltada aos fenômenos interativos e exteriores à mente, o que nos resta é uma noção frouxa, visto que para tanto, deveríamos supor que o que comumente se chama de conhecimento mútuo é realmente compartilhado por todos os que se envolvem em atos comunicativos. No entanto, a rede de informações que cada um de nós articula para interpretar os eventos comunicativos que nos cercam é invariavelmente diferente. Um químico, por exemplo, embora provavelmente pudesse identificar certo tom de ironia ao escutar algum crítico da ideia de centralidade da sintaxe enunciar (7), dificilmente seria capaz de compreender adequadamente a enunciação em questão, a menos que ele conheça razoavelmente bem as questões teóricas envolvidas na questão. Além disso, mesmo linguistas com formações acadêmicas similares divergiriam diante da enunciação em (7) por causa dos diferentes repertórios de mundo (diferentes orientadores, diferentes ambientes familiares, diferentes ideologias, etc.). Ou seja, o contexto, dentro deste viés, não é uma questão de mera ação, mas sim, de quais informações um aparato cognitivo irá utilizar para enriquecer pragmaticamente os significados linguísticos processados na interpretação de um enunciado. Ou seja, a interpretação puramente linguística é, por assim dizer, dependente de mecanismos que proporcionem heurísticas rápidas e *frugais* (ALLOT, 2002) de modo a maximizar os benefícios de se engajar cognitivamente no processamento de informações complexamente formuladas.

Concebemos também que a TR é uma bem sucedida contenda teórica que descreve em termos científicos o que se tem chamado de ToM. Afinal, essa teoria se propõe como uma alternativa explanatória acerca da noção griceana de que o significado comunicativo é dependente do reconhecimento de intenções do falante. Ora, tal como desenvolvida nas últimas décadas, esta concepção griceana nada mais é que a vinculação da significação linguística, em âmbitos conversacionais, à ideia de que é necessário teorizar acerca da mente alheia para que a comunicação verbal funcione do jeito como funciona. Justamente ao promover uma pragmática de cunho cognitivo, a TR proporciona uma explanação empiricamente plausível para os mecanismos heurísticos da inferenciação. Assim, relevância é um conceito teórico explanatório (em vez de analítico – a TR não foi pensada como ferramenta de análise de eventos reais de comunicação) e comparativo (relevância é uma questão de graduação e não de polarização entre o que é ou não relevante: as coisas são mais ou menos relevantes para a alguém, dados os contextos nos quais a cognição deste indivíduo está imersa). Como consideramos que conhecimento de mundo está intimamente associado às inferências que cada indivíduo faz acerca das coisas do mundo não podemos deixar de explicitar que, dentro do viés que aqui esboçamos, construir um conhecimento de mundo não é uma tarefa objetiva por dois principais fatores: em primeiro lugar, muito daquilo que conhecemos do mundo não é óbvio senão por meio da mediação comunicativa, mas principalmente porque o que concebemos sobre conhecimento de mundo engloba muito mais do que aquilo que pode ser verificado no mundo. Não possuímos mecanismos estruturais para verificar valores culturais, tampouco conceitos emocionais, mas ainda assim o nosso conhecimento cultural e afetivo/emocional dá suas evidências empíricas de existência na própria manifestação da linguagem – se ao falarmos, falamos de conteúdos culturais e emotivos, é porque eles habitam nosso conhecimento.

Desta forma, podemos considerar que o conhecimento enciclopédico (ou conhecimento de mundo) de um indivíduo é intrinsecamente relacionado às suas expectativas de relevância. Segundo a TR, a cognição é intuitivamente guiada a buscar o máximo de efeitos positivos, gastando o mínimo de energia para obter tais benefícios. Pensemos numa piada não compreendida: durante algum tempo, nossa cognição testa interpretações alternativas para o evento comunicativo, porém, quando inferimos as intenções comunicativas do piadista, ou seja, quando as nossas expectativas de relevância estão satisfeitas, a cognição deixa de gastar energia produzindo interpretações alternativas. Da mesma forma, consideremos que o ato comunicativo em (1) acarretou em uma reformulação do conhecimento enciclopédico de quem a enunciou. A interlocutora em questão provavelmente deve ter testado diversas hipóteses interpretativas alternativas até ter satisfeito suas expectativas de relevância acerca da metáfora. A partir do momento em que suas expectativas de relevância foram satisfeitas, sua cognição parou de gastar energia buscando interpretar a metáfora sexista apresentada em (1). Inclusive, toda uma gama de metáforas sexistas que se fazem por meio da descrição do comportamento feminino em termos de características animais ('X é uma vaca', 'X é uma piranha', etc.) passa, agora, a se tornar mais facilmente interpretada pela nossa interlocutora. Isto nos lembra de que o conhecimento enciclopédico se constrói de maneira enviesada: uma vez detectada a prática social sexista de subjugar a sexualidade feminina por meio de metáforas zoomórficas, a cognição será mais eficiente – gastando menos energia e interpretando mais satisfatoriamente – quando novas metáforas sexistas se apresentarem a ela. É claro, nem toda metáfora zoomórfica encontrada na cultura brasileira é, a priori, sexista ('X é uma anta', 'X é um elefante', etc.). O que demonstra que esta proposta teórica não só considera o conhecimento enciclopédico como dinâmico, mas principalmente, sensível ao contexto.

Esses pressupostos teóricos apenas nos lembram de que o contexto não é algo a que apelamos quando um enunciado nos parece inadequado em uma leitura puramente semântica. Não é algo que está solto no mundo e que pode passar despercebido. É sim a garantia de que todo o conhecimento que cada de um nós articula ao longo de nossas vidas não é inútil na hora de interpretar as coisas que nos comunicam. Aceitando a sugestão de Pires e Basso (2007) de que à pragmática cabe compreender as apostas típicas da comunicação, temos de levar em consideração que tais apostas não se fazem às cegas, como faz pensar uma concepção meramente conexionista para a característica composicional do significado linguístico. Como vimos nos exemplos sobre metáfora e ironia, os itens lexicais, além de dependerem do contexto para a adequada interpretação da proposição, são altamente sensíveis ao reconhecimento das intenções adjacentes às suas formulações. E é bom lembrarmos que muito embora a comunicação verbal – dependente do contexto e da teorização da mente alheia que é – seja altamente suscetível a mal-entendimentos, na maioria das ocasiões, nós somos muito bons apostadores em tal seara! Afinal, se a comunicação verbal não fosse efetivamente eficiente, não seríamos adaptados a ela.

É tal condição de susceptibilidade ao engano comunicativo, acidental ou proposital, que leva à suposição de que a ToM é, de fato, um mecanismo natural de vigilância epistêmica (SPERBER *et. al.*, 2010). Visto que seres humanos dependem massivamente do uso da comunicação, e dada a suscetibilidade ao mal-entendido, Sperber e colaboradores postulam que nossa espécie possui um conjunto de mecanismos cognitivos de vigília ao conhecimento adquirido, ou, nos termos dos autores, uma vigilância epistêmica. Este estado mental se insere justamente na relação entre auto-debate e debate público que traçamos até aqui. Podemos conceber o debate público com o qual começamos este texto justamente como um exemplo de situação engatilhadora deste estado mental de vigília cognitiva. Neste sentido, a racionalidade a qual nos referimos aqui não parece se situar em modelos lógico-dedutivos da natureza do pensamento humano. Afinal, dada a necessidade de apostas comunicativas, a racionalidade humana parece mais adequada dentro de um modelo abduutivo de lógica, no qual o que está em jogo não são apenas as condições de verdade de um dado evento, mas crucialmente, a busca de uma explicação tão boa quanto possível aos eventos que se nos apresentam, tendo em vista nossos próprios propósitos argumentativos.

Não nos parece implausível reivindicar uma relação íntima entre esta natureza inferencial da cognição comunicativa à aquisição lexical e ao desenvolvimento de valores lexicais inovadores. Desta forma, julgamos que a própria predisposição à interpretação linguística aliada a esta predisposição à vigília conceitual são responsáveis, por meio do enriquecimento pragmático, pela criatividade não apenas formal que itens lexicais exibem, mas também funcional, visto que acarretam em revisões de conceitos que habitam nossa cognição. Sendo assim, a interlocutora que promoveu a desastrada enunciação em (1), possuía, antes de sua interação com falantes brasileiros de português, um conceito *ad hoc* ao qual ela acessava usualmente em sua própria cultura por meio da formulação em (2). Após algum período de investigação epistêmica, acarretado pela interação inadequada, seria de se esperar que ela fosse capaz de acessar a outro conceito *ad hoc* por meio de (2), aquele pretendido por falantes brasileiros quando dizem que determinada pessoa é uma galinha. No entanto, vale notar que muito embora ela provavelmente já possuísse alguma forma de conceito *ad hoc* para o conceito de ‘pessoa de comportamento sexual promíscuo’, tal conceito também é variável de cultura para cultura. Assim, é de se esperar que ao adquirir os significados lexicais envolvidos na metáfora em questão, nossa interlocutora também tenha que refletir sobre as diferenças culturais envolvidas na rotulação do comportamento sexual alheio. Ao fazer isso, ela estaria reformulando o seu conceito *ad hoc* sobre promiscuidade.

Obviamente, ela não irá simplesmente aceitar que a quem os brasileiros costumam rotular de promíscuos são, de fato, promíscuos. Afinal, esta questão também ecoa naquela noção que viemos chamando de ontoprágmatca.

3. Significação reticulada e sensibilidade ao contexto

Já esboçamos uma descrição do que chamamos de significado reticulado. Agora vamos aprofundar esta alternativa teórica para a questão da significação lexical. Se, por um lado, a noção de molécula semântica sugere que, além de existirem significados semânticos primários inatos (argumento com o qual concordamos, com a devida consideração de que esta concepção deve trabalhar com a hipótese de que este léxico mental inato deve ser o mais enxuto possível), sugere também que tais primitivos semânticos possuem uma carga significativa capaz de, por si mesmos, em relação direta com as experiências oriundas do mundo, engatilhar o processo de complexificação das moléculas semânticas (acreditamos que, no decorrer do texto, já deve ter ficado claro que refutamos este tipo de despreocupação com a sensibilidade ao contexto – concebida como fenômeno mental – e seu papel na modelação contextual); por outro lado, a ideia de rede significativa que aqui esboçamos decorre da noção de que a hibridação entre espécies é um dos motores da evolução natural. Explicamos: a metáfora de evolução biológica como uma árvore da vida toma como princípio a ideia de que somente mutações genéticas são os motores da evolução. No entanto, duas fontes de dados questionam esta metáfora, pressupondo que a ontogenia (o desenvolvimento individual) também deixa marcas na filogenia (as características biológicas que são compartilhadas por todos os indivíduos de uma dada espécie).

Não se trata de um lamarquismo revisitado, mas sim de alguns dados que emergem de estudos relacionados à influência da cultura na evolução natural. Primeiro, há um crescente número de evidências para a chamada co-evolução entre cultura e genes (FELDMAN e LALAND, 1996; RICHERSON e BOYD, 2005; LALAND, 2010). A argumentação principal é a de que grupos mais coesos, que interagem mais, são mais propícios a terem indivíduos cujos genes serão selecionados. Mas uma das principais noções que sustenta a metáfora de evolução nos termos de uma *rede da vida* (a que mais nos interessa), em detrimento da de *árvore da vida*, reside no fato de que hibridação entre indivíduos não conspecíficos (que não são da mesma espécie) também acarreta efeitos na filogenia, pois dela decorrem mudanças nas condições sobre as quais a seleção natural ocorre. Segundo Makarenkov, Kevorkov e Legendre (2006, p. 69):

Classicamente, a evolução das espécies foi descrita usando-se árvores filogenéticas. [...] Esta forma de representar a evolução tem sido questionada por desenvolvimentos recentes na filogenia molecular. [...] Filogeneticistas moleculares falharão em encontrar a verdadeira árvore da vida não porque os seus métodos sejam inadequados ou porque eles escolheram os genes errados, mas porque a história da vida não pode ser adequadamente representada como uma árvore. De fato, os mecanismos de transferência horizontal de gene, hibridação, homoplasia e recombinação homóloga exigem a utilização de modelos de rede para ilustrá-los.⁵

⁵ Nossa tradução para a seguinte citação original: “Classically, the evolution of species has been depicted using phylogenetic trees. [...] This way of representing evolution has been questioned by recent developments in molecular phylogenetics. [...] molecular phylogeneticists will have failed to find the true tree of life, not because their methods are inadequate or because they have chosen the wrong genes, but because the history of life cannot

Ora, ambas as posições que apresentamos acima nos lembram que, mesmo em uma postura formal quanto à evolução natural, é necessário levar em conta que compreender o papel da experiência ajuda a compreender conformação da estrutura. Lembremos também que experiência não deve ser encarada como um evento cognitivamente cego: uma mera conexão de informações sem a articulação de conhecimentos previamente adquiridos. Muito além disso, estas posturas nos lembram também que, mesmo em eventos como a hibridação entre espécies, há um fator contextual intrínseco, visto que, na natureza, as condições para que tal fenômeno aconteça não estão determinadas *a priori* na estrutura genética, mas sim nas condições ecológicas, nas quais determinados cruzamentos não conspecíficos podem vir a ocorrer. Ou seja, não é só no próprio gene que se encontra o segredo para hibridação genética, mas também na capacidade dinâmica de interpretar as informações do ambiente.

A nossa paráfrase de modelo reticulado para a estabilização dos significados tem como motivação esse reconhecimento de abordagens evolutivas ao potencial benefício adaptativo que a capacidade à cultura proporciona. Dentro deste âmbito, consideramos necessário expor nossa concepção de capacidade à cultura em duas dimensões diferentes. Primeiramente, quando nos referimos ao conceito de cultura, normalmente nos vem à cabeça fatores externos à cognição. Uma maneira grosseira de simplificar isso dentro do debate comunicativo seria considerar todo e qualquer comportamento ostensivo produzido com a intenção de chamar a atenção de uma audiência a um dado fato, como uma manifestação sócio-cultural, ou, nos nossos termos, como um *macroprocesso de reticulação significativa*. No entanto, a simplificação do debate cultural às suas manifestações externas nos parece tão problemática e ineficaz quanto a redução da psicologia ao estudo do comportamento, tal como promovida pelos behavioristas. Tais macroprocessos, assim como são engatilhados por processos mentais de seu manifestante, têm como o propósito maior o engatilhamento de processos mentais em uma audiência; ou seja, são causalmente atrelados a *microprocessos de significação reticulada*. Como já argumentamos fartamente, a compreensão da significação lexical demanda não só a compreensão da interface exterior à mente entre semântica e pragmática, mas também requer a concepção de tal interface em âmbitos cognitivos.

À faceta social desta interface corresponderia a compreensão dos macroprocessos de significação – base da pesquisa de uma semântica lexical tal como aqui apresentada – pois, afinal, é deles que são provenientes os dados iniciais com os quais a pesquisa naturalística do significado deve operar. Neste sentido, nos parece que a maior parte do desenvolvimento da linguística rumou fortemente na direção da construção da base dessa tarefa, visto que não só proporcionou os dados, como também ofereceu análises que nos levaram à compreensão de nossa mente linguística, como também de nossa natureza inferencial. Não nos custa lembrar que, a partir do ponto de vista que propomos quanto à nossa concepção sobre o debate da significação lexical, também a significação cultural, em seu mais amplo sentido, parece ser objeto plausível de escrutínio, uma vez que não nos propusemos a encontrar significados intrínsecos a qualquer tipo de forma significativa, seja ela linguística ou não. No entanto, cabe observar que os caminhos para uma antropologia cognitivo-inferencial parecem muito mais nebulosos do que no caso da linguística.

Já à faceta cognitiva da interface que aqui apresentamos cabe o escrutínio dos tipos de mecanismos cognitivos envolvidos na efetivação dos macroprocessos que observamos quando estudamos o assunto significação. A concepção de modularidade da mente inicialmente proposta por Fodor (1983) parece problemática em relação à plausibilidade evolutiva do tipo

be properly represented as a tree. Indeed, the mechanisms of horizontal gene transfer, hybridization, homoplasie, and homologous recombination necessitate the use of network models to illustrate them.”

de mente que este autor descreve. No entanto, nem por isso a ideia de que a cognição opera a partir de diversas especializações domínio-específicas deve ser descartada. Não só a linguagem dá claros indícios de possuir procedimentos biologicamente enraizados, como também a natureza inferencial que parece mover a cultura também os dá. Neste sentido, a compreensão dos microprocessos de significação reticulada parece, de acordo com o estado da arte atual, nos direcionar para uma GU tão enxuta quanto possível, regulada por um princípio de fusão ilimitada, amparada por um processo de enriquecimento pragmático e que - crucialmente - opera a partir das experiências que os indivíduos vivenciam.

Reconhecida como uma atividade superior da cognição, a ToM, capacidade de abstrair acerca da cognição alheia, só se fez possível de escrutínio com o desenvolvimento da linguística como ciência, em especial, a partir da linguística de orientação mentalista. Isso não quer dizer, entretanto, que o estudo sócio-cultural da linguagem seja dispensável para os avanços dos estudos nesta orientação. Assim como os exemplos que apresentamos refletem fortemente as experiências que nós mesmos vivenciamos ao longo de nossas vidas de interações linguísticas, a vida cotidiana oferece uma infinita gama de preciosas situações nas quais a natureza mais íntima da cognição humana se espelha. Ou seja, semântica e pragmática não são somente ótimas fontes de observações teóricas, mas também sólidas bases para a observação do cotidiano sócio-cultural.

Considerações finais

Neste texto, apresentamos a noção de contexto de maneira intimamente associada ao conceito de uma sensibilidade cognitiva às informações extra-comportamentais que podem auxiliar o processo de avaliação das informações relevantes a serem levadas em conta no processamento de estímulos ostensivos. A nossa reflexão sobre tais questões ponderou o fato de que tal sensibilidade não é secundária, tampouco desnecessária, ao longo do processamento de informações comunicativas. Ao contrário, concebemos essa capacidade como gatilho não só da interação comunicativa, como também do desenvolvimento lexical. Desta forma, consideramos que o fato de sabermos nos reconhecer nos contextos em que estamos imersos não é uma questão secundária.

Quando nos engajamos numa comunicação verbal com nossos interlocutores, não estamos nos engajando em uma simples decodificação das informações. Fazemos isso tendo em vista que sabemos-nos também, consciente ou inconscientemente, situados em um determinado momento. Assim, nossos processamentos linguísticos são naturalmente enviesados por este nosso reconhecimento dos contextos nos quais nos percebemos imersos. É por isso que, mesmo operando a partir de significados estabilizados (pelo uso, é bom lembrar!), a significação reticulada é inerentemente um fenômeno dinâmico. De uma maneira bem simplificada, poderíamos dizer que o sistema linguístico é um sistema aberto, enquanto o sistema inferencial é um sistema de abertura. Ou seja, enquanto a linguagem possuiria como uma de suas ferramentas domínio-específicas a capacidade de operar a partir de informações não pré-estabelecidas na programação do sistema, o sistema inferencial seria responsável em produzir, a partir das experiências primordialmente interativas, conceitos com as quais o sistema linguístico operaria. Tal produção se daria a partir de uma carga semântica mínima e inata, que, devido à atuação dos sistemas linguístico e inferencial, proporcionariam a característica composicional intrínseca à hibridação conceitual.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Lucas de Moraes Aguiar e Aline Aver Vanin por inúmeras discussões importantes ao longo do processo de desenvolvimento do trabalho. Os autores também agradecem aos pareceristas anônimos pelos comentários relevantes e construtivos.

Ontopragmatics, context awareness and the mental lexicon: The semantics-pragmatics interface of thought

ABSTRACT: In this paper we argue in favor of a semantic-pragmatic interface for the cognitive processes of lexicalization. We offer an alternative to the concept of mental lexicon (Wierzbicka, 2009), in which semantic and pragmatic cognitive mechanisms must operate in synchronization in order to succeed in their biological demands. We start from the premise that a mental lexicon properly situated is conceived as the result of non-lexical cognitive processes, but rationally liable to lexicalization. Our hypothesis is that lexical processes are double tools for metacognitive processes, which, by the nature of the hypothesis, are typically seen as pragmatic ones.

Keywords: ontopragmatics; mental lexicon; lexical semantics; lexical pragmatics

Referências

- ALLOTT, Nicholas. Relevance and Rationality. *UCL Working papers in linguistics*, 14, p. 69-82, 2002.
- BESEMERES, Mary; WIERZBICKA, Anna. Pragmatics and Cognition: The meaning of the particle lah in Singapore English. *Pragmatics and Cognition*, 11(1), 3-38, 2003.
- BOYD, Robert; RICHERSON, Peter. J.; HENRICH, Joseph. The cultural niche: Why social learning is essential for human adaptation. *Proceedings of the National Academy of Sciences (USA)* 108: 10918–10925, 2011.
- CARSTON, Robyn. Lexical pragmatics, ad hoc concepts and metaphor: from a relevance theory perspective. *Italian Journal of Linguistics*, 22(1), 153-180, 2010a.
- CARSTON, Robyn. Metaphor: ad hoc concepts, literal meaning and mental images. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 110(3), 295-321, 2010b.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, Noam. *Reflections on Language*, New York: Pantheon, 1975.
- CHOMSKY, Noam. Of Minds and Language. *Biolinguistics*, vol. 1, 2007.
- CLARK, Andy. Language, embodiment, and the cognitive niche. *Trends in Cognitive Sciences*, 10: 370–374, 2006.

DASCAL, Marcelo. *Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem*. [1983]. Tradução de Rodrigo B. de Faveri. Curitiba: UFPR, 2011.

DASCAL, Marcelo. Why does language matter to artificial intelligence? *Minds and Machines*, 2 (2):145-174, 1992.

DASCAL, Marcelo. O auto-debate é possível? Dissolvendo alguns de seus supostos paradoxos. *Manuscrito*, v. 29, n. 2, p. 319-349, 2006.

FELDMAN, Marcus W. & LALAND, Kevin N. Gene-culture coevolutionary theory. *Trends in Ecology & Evolution*, 11: 453–457, 1996.

FODOR, Jerry Alan. *Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1983.

GODDARD, Cliff. Semantic molecules and semantic complexity (with special reference to “environmental” molecules). *Review of Cognitive Linguistics*, 8(1), 123–155, 2010.

GODDARD, Cliff. Semantic molecules. In: MUSHIN, Ilana; LAUGHREN, Mary. *Annual Meeting of the Australian Linguistic Society 2006*, 2007.

GODDARD, Cliff. Semantic primes, semantic molecules, and semantic templates: key concepts in the NSM approach to lexical typology. *Linguistics*, v. 50, Issue 3, p. 711–743, Special issue on "Lexical Typology", 2002.

GODDARD, Cliff; WIERZBICKA, Anna. (Eds.). *Semantic and lexical universals: theory and empirical findings*, v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

GODDARD, Cliff; WIERZBICKA, A. (Eds.). *Meaning and universal grammar: theory and empirical findings*, v. 2, Amsterdam: John Benjamins, 2002.

GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. In: *Studies in the way of words* (22-40). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989a.

GRICE, Herbert Paul. Further notes on logic and conversation. In: *Studies in the way of words* (41-57). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989b.

IFANTIDOU, Elly. Newspaper headlines and relevance: Ad hoc concepts in ad hoc contexts. *Journal of Pragmatics*, 41(4), 699–720, 2009.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

MAKARENKOV Vladimir, KEVORKOV, Dmytro, LEGENDRE, Pierre. Phylogenetic network construction approaches. In: ARORA, D. L., BERKA, R. M.; SINGH, G. B. (eds.). *Applied Mycology and Biotechnology*, vol. 6. Amsterdam: Elsevier, p. 61-97, 2006.

MERCIER, Hugo; SPERBER, Dan. (2011). Why do humans reason? Arguments for an argumentative theory. *Behavioral and Brain Sciences*, 34, 57–74.

PINKER, Steven. The cognitive niche: Coevolution of intelligence, sociality, and language. *Proceedings of the National Academy of Sciences (USA)*, 107(Suppl 2): 8993–8999, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. M. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 8, p. 1-30, 2007.

RICHERSON, Peter J. and BOYD, Robert. *Not by Genes Alone: How Culture Transformed Human Evolution*, University of Chicago Press, 2005.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. Referência: qual a Referência e como Evocá-la. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 18, p. 57-86, 2002.

SPERBER, Dan; CLÉMENT, Fabrice; HEINTZ, Christophe; MASCARO, Olivier; MERCIER, Hugo; ORIGGI, Gloria; WILSON, Deirdre. Epistemic vigilance. *Mind & Language*, 25, 359–393, 2010.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1985/1995.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. The mapping between the mental and the public lexicon. In: P. Carruthers; J. Boucher (eds.), *Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 107-125, 1998.

WIERZBICKA, Anna. The theory of the mental lexicon. In: KEMPGEN, Sebastian; Kosta, Peter; BERGER, Tilman; GUTSCHMIDT, Karl (eds.), *Die slavischen Sprachen/The Slavic Languages: Eine internationales Handbuch zu ihrer Struktur, ihrer Geschichte und ihrer Erforschung/An international handbook of their structure, their history and their investigation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 848-863, 2009.

WILSON, Deirdre; CARSTON, Robyn. A Unitary Approach to Lexical Pragmatics: Relevance, Inference and Ad Hoc Concepts. In: BURTON-ROBERTS, Noel (ed.), *Pragmatics*. London: Palgrave, 230-259, 2007.

WHITEN Andrew, ERDAL, David. The human socio-cognitive niche and its evolutionary origins. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, p. 367, 2119–2129, 212. 17/05/2013.

Data de envio: 05/05/2013

Data de aprovação: 03/02/2014

Data de publicação: 15/04/2014